

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	692.117.876,12	12.502.772,38	704.620.648,50
Pessoal Ativo	489.988.919,01	12.074.627,25	502.063.546,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	202.128.957,11	428.145,13	202.557.102,24
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	179.723.717,37	63.870,31	179.787.587,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	157.754,29	0,00	157.754,29
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.372.728,77	0,00	2.372.728,77
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	177.193.234,31	63.870,31	177.257.104,62
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	512.394.158,75	12.438.902,07	524.833.060,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.643.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,078007%	0,001894%	0,079901%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,181764%		1.193.930.726,22
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,172675%		1.134.228.935,05
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,163588%		1.074.540.281,03


FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 11/set/2015, às 12:00.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Os Limites de Gastos com Pessoal de que tratam o art. 20, I, "b" e § 1º, e art. 22, Parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013, alterado pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015.


 Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
 Presidente


 GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria


 RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno


 DIRLEY SÉRGIO DE MELO
 Secretário de Administração